

## MOSTRA DE CINEMA E DIREITOS HUMANOS EM BELO HORIZONTE

A agenda cultural de Belo Horizonte ganhou uma programação especial. A 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos chegou à capital para oferecer, gratuitamente, filmes que retratam os direitos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, direito a terra para populações tradicionais, entre outros.

A Mostra começou na última terça-feira (13) e vai até 18 de novembro, na sala Humberto Mauro do Palácio das Artes (Avenida Afonso Pena, 1.537, Centro). As apresentações variam entre médias, curtas e longas-metragens brasileiros e de cineastas latino-americanos, com documentários, ficções de humor, drama e ação.

Durante a solenidade de abertura, o secretário de Estado de Desenvolvimento Social, deputado Cássio Soares, disse que o objetivo principal da Mostra de Cinema é estabelecer um diálogo franco e direto com os brasileiros sobre seus direitos fundamentais. “O cinema proporciona uma experiência única de nos colocar no lugar do outro e de nos sensibilizar para as questões de Direitos Humanos, questões que afetam a todos e cujo discurso devemos nos apropriar para a construção de uma Minas Gerais melhor e um Brasil mais justo e igualitário”, ressaltou.

A iniciativa é promovida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social, Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia e Defesa Social, além da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A mostra de cinema tem patrocínio da Petrobras e produção da Cinemateca Brasileira.

Este ano, a Mostra na América do Sul homenageia o cineasta brasileiro Eduardo Coutinho, considerado um dos mais importantes documentaristas da atualidade.



## RÁDIO INCONFIDÊNCIA ABRE CANAL DE COMUNICAÇÃO COM MULHERES MINEIRAS

Dentro da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais (CEM/MG) – órgão vinculado à Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) – agora conta com um espaço fixo na mídia: o programa “Minas pelo Fim da Violência Contra a Mulher”, da Rádio Inconfidência AM (880 MHz), inserido no Conexão Inconfidência, do jornalista Reny Parzewski.

A participação do CEM acontece às sextas-feiras, das 13 às 13h30, quando são abordadas questões de gênero, violência, saúde e inclusão social e produtiva da mulher mineira, bem como qualificação profissional e políticas públicas entre outros assuntos.

Os ouvintes interessados podem enviar e-mail para [conselhomulher@social.mg.gov.br](mailto:conselhomulher@social.mg.gov.br).

# GOVERNO DE MINAS LANÇA COMISSÃO PARA ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

No último dia 5, onze instituições assinaram uma resolução conjunta que cria a Comissão Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O grupo irá sistematizar discussões e proposição de medidas que previnam e reprimam a violência de gênero no Estado.

A comissão é formada pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), Polícia Militar (PMMG), Polícia Civil, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego (SETE), Secretaria de Estado de Saúde (SES), Secretaria de Estado de Educação (SEE), Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Assembleia Legislativa. “A proposta é fazer aquilo que é mais simples, que é dialogar. Propomos a articulação de todos os órgãos para tentar reverter o cenário perverso que é o do machismo”, explica a coordenadora de Políticas para Mulheres da Sedese, Eliana Piola.

O secretário adjunto de Defesa Social, Denilson Feitoza, ressaltou que a violência contra a mulher tem várias vertentes, não apenas física. “A violência está debaixo dos nossos olhos e a gente só é capaz de enfrentar quando reconhece o problema”, alerta.

Para o secretário adjunto de Desenvolvimento Social, Juliano Fisicaro, apesar da questão da violência contra a mulher ser um problema complexo, o governo de Minas não tem se omitido em enfrentá-lo, por meio de suas instituições e órgãos. “A resolução veio institucionalizar e fortalecer o trabalho que já vem sendo realizado”, afirma.

Antes da própria regulamentação da comissão, as instituições já iniciaram debates que renderam resultados práticos. Um deles é a decisão de reservar parte das tornozeleiras eletrônicas adquiridas pelo Estado para monitoramento de agressores enquadrados pela Lei Maria da Penha. A utilização do equipamento será definida pela Justiça e deverá ser iniciada até o final de 2012. Nos casos mais graves, o secretário Denilson Feitoza explicou que é possível que a vítima também tenha um dispositivo que anuncie a aproximação indevida.

Entre outros assuntos, também foi discutido pelo grupo o encaminhamento de agressores a grupos reflexivos do programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (Ceapa) e a inserção de um campo específico de violência doméstica no Registro de Eventos de Defesa Social (Reds).



Resolução de violência contra a mulher é assinada por secretários

## SEDESE PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG

Na quarta-feira (7), o secretário adjunto de Desenvolvimento Social, Juliano Fisicaro, participou da etapa final da audiência pública para a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2012 (PPAG), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Junto com a presidente da mesa, deputada Rosângela Reis, estiveram presentes a subsecretária de Projetos Especiais de Promoção Social, Roberta Albanita, a subsecretária de Assistência Social, Nívia Soares e a subsecretária de Direitos Humanos, Carmen Rocha.

Juliano Fisicaro disse ser totalmente a favor da revisão do PPAG como forma de aperfeiçoar as políticas públicas que o governo estadual vem realizando e apresentou o resultado obtido com as ações dos programas estruturadores Travessia, Poupança Jovem, Assistência Social e Direitos Humanos. “A inauguração da Casa de Direitos Humanos pelo governo de Minas, nos próximos meses, será um grande avanço no que diz respeito à aplicação das políticas públicas de direitos humanos, uma vez que irá contemplar, em um

único espaço, o Disque Direitos Humanos, o Centro Integrado da Mulher (CIM), o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV), varas do Tribunal de Justiça (TJ), delegacias, Ministério Público (MP), conselhos de Direitos entre outros”, declarou.

### PPAG

A cada quatro anos, o Poder Executivo envia à Assembleia o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). No final de cada um dos três anos seguintes, o PPAG passa por um processo de revisão. Tanto na elaboração quanto na revisão do plano, a Assembleia convida a população para debatê-lo e sugerir emendas. O debate deste ano revê o PPAG 2012-2015, revisão 2013.

#### EXPEDIENTE

Orgão oficial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social  
ASSCOM - Assessoria de Comunicação  
[www.social.mg.gov.br](http://www.social.mg.gov.br) - [comunicacao@social.mg.gov.br](mailto:comunicacao@social.mg.gov.br)  
(31) 3916-8235